



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006321-93.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **Vinicius Alampre de Oliveira Lemos**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**VINICIUS ALAMPRE DE OLIVEIRA LEMOS**

ajuizou ação anulatória com pedido tutela antecipada em face do **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando que na data de 29/12/2016 se envolveu em um acidente de trânsito enquanto transitava pela Rua José Barbantini Neto, s/n, nesta cidade de Araraquara, sendo autuado por infração ao artigo 277, § 3º do CTB. Sustentou que foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros e conduzido ao Pronto de Atendimento hospitalar. Ocorre que consta do Boletim de Ocorrência que o autor teria se negado a realizar o teste de etilômetro, o que não corresponde a verdade, porquanto esteve a todo momento sob os cuidados médicos não sendo em nenhum momento convidado a realizar tal teste. Em razão desses fatos pretende em tutela antecipada a suspensão dos efeitos da infração, bem como do processo administrativo nº 1362/2017 e do bloqueio administrativo, e ao final a procedência da ação anulando-se o Auto de Infração de Trânsito nº 3C165076, bem como do processo administrativo para suspensão do direito de dirigir nº 1362-6/2017. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi indeferida. Contra esta decisão foi tirado agravo de instrumento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Citado, pelo requerido DETRAN apresentou contestação, alegando preliminarmente inadequação da via eleita e no mérito que a infração caracteriza-se pela mera recusa da realização do teste de etilômetro, não sendo necessária a constatação de embriaguez. A requerida Fazenda Pública quedou-se inerte.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Inicialmente a revelia da FAZENDA PÚBLICA é mitigada pelo artigo 345, II, do Código de Processo Civil, na medida em que, versando sobre direitos indisponíveis, impõe que se acolha com reservas a presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial.

Ainda com relação a inadequação da via eleita, considerando que a Comarca não tem Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, mas sim, apenas anexo, não há falar em competência absoluta do anexo para conhecer e julgar a lide, razão pela qual fica mantida a competência da Vara da Fazenda Pública.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

Com efeito, o autor foi autuado por infração de trânsito, disposta no artigo 277, § 3º, do CTB, acerca do que desnecessária a comprovação da embriaguez, diante da recusa na realização de teste, conforme consta do documento de fls. 18/21. O autor após ser encaminhado ao Hospital São Paulo e lhe tendo sido prestados os primeiros atendimentos, inclusive atendimento médico que atestou apenas cortes no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

rosto, devido a sua agitação foi convidado a realizar o teste do etilômetro, tendo naquela oportunidade se recusado.

Ainda, importante salientar, que cabia ao autor a escolha em realizar exame clínico de colheita de sangue, ao que ficou inerte.

Acresce-se: nestes autos o autor não conseguiu comprovar suas asserções exordiais, claudicando com o ônus processual, pelo que, ao convencimento deste magistrado, deve sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão aqui deduzida.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada requerido.

Deixo de proceder à remessa necessária.  
Oportunamente, arquivem-se.

P.I.C

Araraquara, 29 de outubro de 2018.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--